

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rcufba.v16i1.54484>

O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM BIG E SMALL BANKS LISTADOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

THE USE OF DEFERRED TAX ASSETS AS EARNINGS MANAGEMENT IN BIG AND SMALL BANKS LISTED IN THE CENTRAL BANK OF BRAZIL

Rodrigo Ferraz de Almeida
FUCAPE
almeidaferraz@hotmail.com

RESUMO

Os Ativos Fiscais Diferidos representam o valor do tributo sobre o lucro a ser recuperado em determinado momento, e a maioria dos estudos presentes na literatura exibem esses ativos das instituições financeiras listadas no Banco Central do Brasil como um gerenciador de resultados, que em cenários de crise econômica nacional ou mundial, impactam diretamente os resultados financeiros dos bancos. E o objetivo desse estudo foi avaliar o uso dos Ativos Fiscais Diferidos como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados por accruals anormais (H1), em evitar relatar uma queda nos lucros (H2), evitar relatar uma perda (H3) e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas (H4) de big e small banks listados no Banco Central do Brasil, durante o período de 2016 a 2020. Utilizou-se accruals anormais Modelo Jones Modificado como proxy que refletem o gerenciamento de resultados sendo estimados pelo modelo de regressão probit. A inclusão de empresas financeiras para detectar métricas de accruals no atendimento das hipóteses em bancos listados no Brasil foi pouco explorada na literatura, o que pode melhorar a qualidade de informações e decisões dos bancos. E os resultados apresentados nesse estudo, exibiram significância para as hipóteses, quanto aos tamanhos dos bancos (big e small). Enquanto os big banks apresentaram o resultado significativo para o uso dos AFD como uma métrica de gerenciamento de resultados para accruals anormais (H1), os small banks apresentaram resultados significativos para usos dos AFD como uma métrica de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2), evitar relatar uma perda (H3) e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4).

Palavras-chave: bancos, Ativos Fiscais Diferidos, gerenciamento de resultados, tributos.

Recebido em 05/10/2022. Editor responsável: José Maria Dias Filho



ABSTRACT

Deferred Tax Assets represent the amount of tax on profits to be recovered at a certain point in time, and most studies in the literature exhibit these assets of financial institutions listed in the Central Bank of Brazil as an earnings management tool, which directly impacts banks' financial results in national or global economic crisis scenarios. The objective of this study was to evaluate the use of Deferred Tax Assets as a metric for identifying earnings management through abnormal accruals (H1), avoiding reporting a decline in profits (H2), avoiding reporting a loss (H3), and avoiding failure to meet analyst profit forecasts (H4) for big and small banks listed in the Central Bank of Brazil during the period from 2016 to 2020. Abnormal accruals were used, specifically the Modified Jones Model, as a proxy reflecting earnings management, estimated through probit regression modeling. The inclusion of financial companies to detect accrual metrics in meeting the hypotheses in Brazilian listed banks has been underexplored in the literature, which can improve the quality of information and banks' decision-making. The results presented in this study showed significance for the hypotheses regarding bank sizes (big and small). While big banks showed significant results for the use of DTA as a metric for earnings management through abnormal accruals (H1), small banks showed significant results for the use of DTA as a metric for avoiding a decline in profits (H2), avoiding reporting a loss (H3), and avoiding failing to meet or exceed analyst forecasts (H4).

Keywords: banks, deferred tax assets, earnings management, taxes.

1 INTRODUÇÃO

Para entender o conceito de Ativos Fiscais Diferidos (AFD), desde o seu tratamento contábil e fiscal, além de seu pronunciamento, é importante destacar que, ele representa o valor do tributo sobre o lucro a ser recuperado em determinado momento, mas relacionado às diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e compensação futura de créditos fiscais não utilizados (FASB, 1996). Sendo que as diferenças temporárias dedutíveis poderão ocorrer na inclusão do lucro contábil de receitas ou despesas em um determinado período, e em um outro período, serem incluídas no lucro tributável (IASB, 1996).

E desde a sua regulamentação, os estoques de AFD crescem a cada ano, não existindo uma regra legal para sua diminuição, e esse fenômeno torna-se discutível a qualidade de lucros, do Patrimônio Líquido (PL) e dos ativos, além da elevação dos riscos aos quais os bancos estão expostos (Bruce, Behn & Jan, 1998). Sendo que os investidores reagirão negativamente à dimensão desses estoques na composição da estrutura patrimonial, evidenciando-se um efeito negativo no valor de mercado, pois não rentabilizam, além de não serem objeto de ajuste a valor presente, sugerindo risco relevante de superestimação patrimonial, o que reforçaria as expectativas de reação negativa dos investidores (Skinner, 2008). E os investidores interpretam esse fato como sendo um volume significativo de despesas pagas antecipadamente pelos bancos e que fluirão em benefícios econômicos futuros, atribuindo valor positivo aos AFD (Ayers, 1998).

Em momentos de resultados financeiros desfavoráveis aos bancos, os AFD se tornam gerenciadores de resultados, impactando o Resultado Líquido do Período, sendo que de um lado, o banco apresentará um resultado mais favorável, e pelo outro, esse resultado não é operacional de intermediação financeira, e sim resultante da aplicação legal, podendo ser

considerado como um ponto negativo para o banco (Goncharov & Zimmermann, 2007). E em momentos de resultados financeiros favoráveis, uma medida discricionária de aplicação legal dos AFD poderá inflar o RLP (Guia & Dantas, 2019), o que tornará o banco ainda mais lucrativo.

Diante desse cenário, esse presente estudo teve como objetivo avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em *big* e *small banks* listados no Banco Central do Brasil (BACEN) sob quatro metas: gerenciar resultados por *accruals* anormais, evitar relatar uma queda nos lucros, evitar relatar uma perda e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas.

Essa discussão vai ao encontro com a pesquisa realizada por Phillips, Pincus e Rego (2003) que avaliaram a utilidade dos AFD na detecção de gerenciamento de resultados, presumindo maior discricionariedade nos Generally Accepted Accounting Principles (GAAP) em relação à discricionariedade que existe nas regras tributárias. E os AFD refletem os efeitos fiscais nas diferenças existentes entre o lucro contábil, relatado aos acionistas e outros usuários externos, e receita tributável, informada às autoridades fiscais, que surgem principalmente de acréscimos para itens de receita e despesa que impactam tanto o lucro contábil quanto a receita tributável em períodos diferentes (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

A preocupação em relação ao tema justifica-se também pelo fato da relevância dos AFD serem reconhecidos em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, de acordo com o International Accounting Standards 12 (IAS 12), Statement of Financial Accounting Standards 109 (SFAS 109) e o Comitê de Pronunciamento Contábil 32 (CPC 32). E a questão não se concentra apenas no reconhecimento contábil desses ativos, que vem buscando junto com as demonstrações financeiras, uma melhor harmonização com as normas internacionais (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel & Koval, 2020), e sim nas consequências que isso provoca na estrutura patrimonial e nos indicadores de performance dos bancos, com efeitos na forma como os usuários avaliam as informações relativas aos AFD (Guia & Dantas, 2019).

Para o alcance do objetivo dessa pesquisa, foram levantados os dados contábeis de 2016 a 2020 dos bancos do mercado bancário brasileiro, coletados do BACEN e Bloomberg. Sendo considerados *big banks* aqueles que superaram R\$ 1.000.000.000,00 de Receita de Intermediação Financeira (RIF) em cada ano da amostra, e os *small banks* aqueles que não superaram esse valor. Utilizou-se *accruals* anormais do modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995) como *proxy* para *accruals* que refletem o gerenciamento de resultados, sendo os modelos transversais agrupados usando regressão *probit*.

Como contribuições teóricas, Mills e Newberry (2001) apresentaram evidências de que as empresas com incentivos de gerenciamento de resultados têm maiores diferenças entre o lucro contábil e o tributável, e em seus resultados não tabulados, identificaram que as empresas relataram mudanças ligeiramente positivas nos lucros aquelas que têm maiores diferenças de lucro contábil para o tributável pelo ajuste dos AFD, do que as empresas com menores diferenças, apresentando menores lucros tributáveis.

E o restante deste artigo está organizado da seguinte forma: Seção 2 descreve a Fundamentação Teórica, enquanto a Seção 3 a Metodologia, a Seção 4 apresenta os Resultados, a Seção 5 as Conclusões e finaliza com as Referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MARCOS REGULATÓRIOS DOS AFD

Desde a sua regulamentação até os dias atuais, os reconhecimentos e mensurações dos AFD partiram por diversas entidades, podendo citar o IAS 12, SFAS 109 e o CPC 32, que

emitiram normas que regulam o tratamento contábil do imposto sobre lucros e os efeitos temporários na estrutura patrimonial e no resultado. Essas entidades influenciam a qualidade da informação contábil, assim como os padrões de contabilidade de alta qualidade (Christensen, Hail & Leuz, 2013), a origem do sistema legal do país (Bushman & Piotroski, 2006), e influencia o sistema tributário no alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável (Houge, van Zijl, Dunstan & Karim, 2012).

Para o IAS 12, o AFD é reconhecido em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, a menos que os AFD surjam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que não seja uma combinação de negócios no momento da transação, e não afete o lucro contábil ou o tributável. O reconhecimento das diferenças temporais auxilia os efeitos fiscais refletidos no balanço, caracterizando o método de reconhecimento integral entre o resultado contábil e a base tributável, apoiando o princípio da competência, e em relação às receitas e despesas, considerando que os efeitos fiscais relacionados a todos os fatos e transações que lhes originam, devem estar refletidos nas demonstrações financeiras (Skinner, 2008).

O SFAS 109 reconhece os AFD em situações onde os benefícios das diferenças temporárias dedutíveis são esperados e as consequências fiscais futuras de eventos atualmente reconhecidos podem ser considerados. E os objetivos da contabilização dos tributos sobre o lucro são de reconhecer o valor dos impostos a pagar ou a reembolsar no exercício corrente, e os AFD para as consequências fiscais futuras de eventos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ou fiscais.

O CPC 32 orienta que os AFD devem ser reconhecidos para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estejam disponíveis futuros lucros tributáveis, contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. E quanto à mensuração, os AFD devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O que se pode observar é que pouca diferença técnica conceitual há entre o IAS 12, o SFAS 109 e o CPC 32 quando se trata dos AFD, porém, ao se tratar desses ativos das instituições financeiras, novas regulamentações são apresentadas com critérios e reconhecimentos diferenciados das empresas não financeiras.

O setor financeiro desenvolve regulamentações para garantir a segurança das transações e minimizar fraudes (Braido, Klein & Papaleo, 2020), e nas instituições financeiras brasileiras, como destaque os bancos, os ativos são caracterizados de acordo com a sua atividade de intermediação financeira, e os AFD são ainda mais divergentes comparados às outras atividades empresariais, exigindo um valor representativo de capital próprio e ao mesmo tempo, a exclusão dos créditos tributários para a apuração do capital regulatório, pela qualidade não satisfatória apresentada por esses ativos na resiliência obrigatória do sistema bancário mundial.

Em uma linha do tempo, os bancos brasileiros foram impactados com os AFD decorrentes de diferenças temporárias a partir da Lei nº 9.249/1995 que, em um dos efeitos, vedou a dedução de provisões (regra geral) na apuração do lucro para fins tributários. E a Lei 9.430/1996 determinou rígidos critérios para dedução de perdas de crédito da base de cálculo dos tributos sobre o lucro.

E a Lei 12.838/2013 que institui a redução do impacto dos AFD decorrentes de diferenças temporárias oriundas de Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o capital das instituições, permitindo que instituições financeiras (exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio) possam solicitar o ressarcimento dos créditos

tributários, incorporando o mesmo ao lucro líquido da instituição no período subsequente, garantindo que esses créditos sejam “líquidos e certos”, e serem incorporados ao capital das instituições, desde que tenham apresentado prejuízo fiscal ou em situação de liquidação judicial ou extrajudicial. Atualmente, o CMN publicou a Resolução 4.842/2020 consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Pode-se observar, que os AFD possuem um papel diferenciado nas instituições financeiras com relação às outras instituições não financeiras, e é valiosa a exploração dos potenciais riscos de superestimação patrimonial desses ativos, em função da não aplicação do ajuste a valor presente, pois a materialidade dos impactos decorrentes dos ajustes ao longo do tempo e as suas diversas repercussões, podem revelar distorções na estrutura patrimonial das instituições financeiras (Guia & Dantas, 2019). Esses ativos são questionados quanto à sua capacidade de geração de benefícios econômicos e de controle da entidade, especialmente nas instituições financeiras, por não cumprirem a função de intermediação financeira, o que os tornaria desprovidos de substância econômica (Skinner, 2008), e esses benefícios criam uma persistência de lucro, e na presença do capital estrangeiro pode provocar a redução de sua ocorrência, pois o nível de lucro impacta na constituição da PCLD, sendo que bancos de capital nacional são mais propensos a gerenciar os resultados.

2.2 AFD E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O gerenciamento de resultados objetiva manter ou incrementar o valor da empresa, utilizar os critérios contábeis oportunistas, apresentar uma situação equilibrada quanto à solvência, associando os aspectos a mecanismos que possam minimizar impactos negativos (Fields, Lys & Vincent, 2001). Consiste em linhas gerais, na utilização de escolhas contábeis e operacionais por parte dos gestores, a fim de atender a resultados específicos, que podem prejudicar a tomada de decisões por parte de *stakeholders* em função da falsa percepção da situação econômica da entidade, ou, até mesmo, influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis (Alzoubi, 2016).

E as deficiências apresentadas na regulação contábil, como por exemplo, empresas que podem apresentar níveis diferenciados de qualidade da informação contábil, ainda que ambas utilizem as normas contábeis internacionais e os órgãos reguladores, devem aprimorar a comparabilidade de informações contábeis no âmbito nacional e internacional (Wronski & Klann, 2020). Medidas de gerenciamento de resultados seriam até mesmo benéficas para os usuários externos ao servirem de complemento a uma informação pouco relevante, e diante de aspectos de subjetividade em certos casos, permitem aos gestores escolherem uma determinada opção em detrimento de outra, facultando, assim, a melhoria ou piora na qualidade da informação divulgada (Goncharov & Zimmermann, 2007).

A discricionariedade nas escolhas contábeis, com base no campo estrito da legalidade e princípios contábeis, é reconhecida como gerenciamento de resultados e está relacionada com a qualidade das informações financeiras reportadas (Souza, Flach, Borba & Broietti, 2020). Marques, Amaral, Souza, Santos e Belo (2017) também relacionam o gerenciamento de resultados com a realização de escolhas contábeis e operacionais com o objetivo de alcançar interesses específicos dos gestores ou da própria firma, e a prática pode ser vista como oportunística, especialmente por investidores que precisam de informações de qualidade para subsidiar suas decisões. Pode-se destacar a prática de gerenciamento de resultados na diminuição da volatilidade dos resultados e a relutância das empresas em divulgarem suas perdas, e os mais recorrentes e pesquisados possíveis gerenciamento de resultados são por *accruals* discricionários e a manipulação das atividades operacionais (Abad, Cutillas-

Gomariz, Sánchez-Ballesta & Yagüe, 2018).

A flexibilidade legal derivada da adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) tende a racionalizar, em certo grau, as ações arbitrárias dos gestores (Schuchter & Levi, 2016), avançando em termos absolutos os *accruals* discricionários após a adoção dessas normas internacionais (Boina & Macedo, 2018). Evidências sugerem que apenas os modelos Jones e Jones Modificado produzem *accruals* anormais que são distinguíveis de uma decomposição aleatória de ganhos e, portanto, consistente com os *accruals* anormais resultantes de decisões gerenciais para aumentar e/ou suavizar a receita (Guay, Kothari & Watts, 1996).

Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H1: Quanto maiores os AFD, maior o nível de gerenciamento de resultados por *accruals* anormais dos bancos.

Dechow, Sloan e Sweeney (1995) modificou o modelo de Jones para permitir a possibilidade dos gerentes em usarem discricção para acumular receita quando for questionável se os critérios de reconhecimento de receita foram atendidos. Também avaliam a capacidade de cinco modelos de acumulação para detectar ganhos e descobriram que o modelo Modificado é o mais poderoso na detecção de gerenciamento de resultados em uma amostra de empresas que a Securities and Exchange Commission (SEC) identificou exagero em seus lucros.

Além disso, Bernard e Skinner (1996) argumentaram que nos modelos Jones, os *accruals* anormais classificam erroneamente os *accruals* normais como anormais. Assim, a evidência atual sugere que as variáveis de acumulação medem mal a discricionarieidade para gerenciar resultados.

DeAngelo (1986) usa a mudança nos *accruals* totais, que implicitamente assume que os *accruals* normais são constantes ao longo do tempo, de forma que uma mudança nas acumulações reflita *accruals* anormais. Dechow (1994) mostra que os *accruals* totais são reversão à média; portanto, parte da mudança esperada nos *accruals* totais.

Em *accruals* discricionários, o gestor pode modificar a informação contábil com o reconhecimento do resultado pelo regime da competência, por meio de diversos aspectos relativos às escolhas contábeis e políticas de gestão financeira da entidade (Barros, Menezes, Colauto & Teodoro, 2014), modificam o lucro líquido, porém não refletem no fluxo de caixa da empresa (Dechow & Dichev, 2002). Para Martinez (2008), os *accruals* discricionários embora tenha o propósito, de registrar o efetivo lucro econômico das entidades, também são passíveis de utilização pelos gestores para fins arbitrários, tornando-se, no elemento discricionário, uma *proxy* de gerenciamento de resultados.

Pesquisas sobre AFD podem ser encontradas em estudos que sugerem que as empresas utilizaram do reconhecimento desses ativos para gerenciamento de resultados (Kronbauer, Souza, Webber & Ott, 2012). Estudos têm mostrado uma associação positiva entre a qualidade dos controles internos e várias mensurações de qualidade de lucros como *accruals* anormais e gerenciamento de resultados (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr. & LaFond, 2008).

Bruce, Behn e Jan (1998) realizaram um estudo e identificaram fatores determinantes para o reconhecimento de AFD provenientes de prejuízos fiscais. E os principais resultados apontaram que o reconhecimento desses ativos serve como motivadores para melhorar os índices de endividamento, e para as variações nos lucros e receitas, e evidências indicaram a relação positiva para a possível existência de gerenciamento de resultados e a propensão em reconhecer ativos fiscais oriundos de prejuízos.

Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H2: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade dos bancos em gerenciarem os resultados para evitar declínio dos lucros.

Tucker e Zarowin (2006) usa uma abordagem para examinar se a suavização de receitas distorce as informações sobre os lucros ou melhora a informatividade dos lucros passados e atuais sobre os lucros e fluxos de caixa futuros. O coeficiente de resposta dos lucros é uma função das taxas de juros sem risco e do risco, crescimento e/ou gerenciamento de resultados (Collins & Kothari, 1989).

Pesquisadores identificaram situações em que existem incentivos para gerenciamento de resultados e encontraram evidências empíricas de tal gestão (Jones, 1991). Conforme apontado por Choi, Gramlich e Thomas (1991), *accruals* totais podem ser separados nos tipos de *accruals* que não se espera que tenham um efeito significativo sobre o lucro tributável (chamado de "*accruals* não correntes", por exemplo, depreciação) e os tipos de *accruals* que devem afetar o lucro tributável (chamados "*accruals* correntes", por exemplo, contas a receber, contas a pagar acumuladas).

As empresas brasileiras gerenciam seus resultados respondendo a estímulos do mercado de capitais, visando evitar prejuízos, sustentar desempenho recente ou mesmo evitar a variabilidade nos resultados (Martinez, 2008). Embora não se possa comprovar a intencionalidade do comportamento observado, o mesmo leva ao entendimento que as empresas possam praticar o gerenciamento de resultados (Schuh, Ribeiro, Simon & Kronbauer, 2018), e questões ligadas ao mercado de capitais tendem a ser um dos principais motivadores para a ocorrência de gerenciamento de resultados (Healy & Wahlen, 1999).

Já a manipulação das atividades operacionais objetiva modificar relatórios empresariais e motivar os usuários a acreditarem no cumprimento de determinadas metas propostas para o período, sendo ainda considerada um mecanismo utilizado para evitar a divulgação de perdas, além de afetar o fluxo de caixa (Roychowdhury, 2006). Embora a prática do gerenciamento de resultados gere algum tipo de informação manipulada (Piccoli, Souza & Silva, 2014) argumentam que deve ser adotada dentro de limites permitidos pelos princípios e práticas contábeis.

Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

H3: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade dos bancos em gerenciarem os resultados para evitar perdas.

E quando os resultados são gerenciados, a percepção dos usuários externos acerca da real situação econômica e financeira das empresas é alterada, e o gerenciamento de resultados se torna o fenômeno da manipulação dos resultados acerca do desempenho econômico da empresa por parte dos gestores mediante escolhas contábeis (Healy & Wahlen, 1999). Os lucros podem ser parcialmente distorcidos diante de escolhas contábeis arbitrárias dos gestores, trazendo consigo um potencial risco aos investidores (Hendriksen & Van Breda, 1992).

Por outro lado, há um consenso amplamente aceito de que a suavização de lucros é resultado da escolha de gerenciamento de resultados ou manipulação de lucros (Chen, 2010). O fundamento lógico é que, com a assimetria de informação entre os gestores e investidores, empresas suavizam lucros para fins como redução de impostos, pagamento de dividendos, metas de realizações, escondendo baixo desempenho econômico ou evasão de convênios (Burgstahler, Hail & Leuz, 2006). Os gerentes também estão motivados para suavizar os ganhos relatados ao longo do tempo para obter uma compensação relativamente constante (Healy, 1985).

Tucker e Zarowin (2006) mediram a suavização de receita pela correlação negativa da mudança de uma empresa nos *accruals* discricionários com sua mudança nos lucros pré-gerenciados, e descobriram que a mudança no preço atual das ações das empresas com maior

suavização contém mais informações sobre seus ganhos futuros do que a mudança no preço das ações das empresas com menor suavização. Os preços das ações agem como se os investidores "fixassem" ganhos, não refletindo totalmente as informações contidas na provisão e componentes dos ganhos atuais do fluxo de caixa até que as informações afetem os ganhos futuros (Sloan, 1996).

Os gerentes têm fortes incentivos para evitar relatar uma diminuição nos ganhos e evitar relatar uma perda. Fornecem evidências de gerenciamento de resultados, documentando uma maior frequência de zero ou pequenos aumentos em ganhos do que o esperado em distribuições transversais de mudanças anuais de ganhos em escala (Burgstahler & Dichev, 1997). Phillips, Pincus e Rego (2003) avaliaram a utilidade dos AFD para detectar gerenciamento de resultados, além do regime de competência, e investigaram se essas variáveis detectam ganhos gerenciais, evitando assim relatar um declínio de ganhos e evitar relatar uma perda. E os resultados foram consistentes com a utilidade incremental dos AFD em detecção de gerenciamento de resultados. Sendo incrementalmente útil para *accruals* normais e *accruals* anormais do modelo de Jones Modificado para evitar um declínio de ganhos e prospectivo para evitar uma perda. Porém não é incrementalmente útil em detectar gerenciamento de resultados para evitar o cumprimento ou a superação das previsões dos analistas.

Os gerentes têm incentivos para evitar o fracasso em cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas e o mercado recompensa as empresas que atendam ou superem as previsões dos analistas (Bartov, Givoly & Hayn, 2002). Burgstahler, Hail e Leuz (2006) descobriram que as empresas com erros de previsão zero ou ligeiramente positivos dos analistas têm *accruals* anormais mais altas, calculadas usando o modelo de Jones (1991), e mostraram que os erros médios de previsões dos analistas de lucros são de 1 centavo por ação, e há uma frequência nitidamente maior de empresas-anos no zero e 1% no intervalo de erro de previsão em comparação com a frequência no valor negativo de 1 centavo por ação.

E para atender ou superar as previsões dos lucros dos analistas, foi testada a seguinte hipótese:

H4: Quanto maiores os AFD, maior a probabilidade dos bancos em gerenciarem os resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas.

3 METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foram levantados os dados de 2016 a 2020 dos bancos múltiplos e de investimentos do mercado bancário brasileiro, coletados do Banco Central do Brasil [BACEN], sendo a quantidade da amostra listada no Quadro 1, e os dados foram rodados no Stata17. Uma empresa-ano deve ter dados não perdidos para as variáveis necessárias na análise, e controlados pelas observações extremas, sendo excluídos os anos de empresas com AFD abaixo do primeiro percentil ou acima do 99º percentil. Consistente com Dechow e Dichev (2002), também foram excluídas as empresas-anos que apresentaram uma medida de *accrual* em escala maior de 100 por cento (valor absoluto) dos ativos totais.

Figura 1

Quantidade de bancos múltiplos e de investimentos da amostra

Hipótese	Ano	Bancos Múltiplos	Bancos Investimentos	de	Ca	To
				ixa	tal	
H1, H2 e H3	2016 a 2020	125	11		017	13
H4	2016 a 2020	46	03		-	49

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Para o modelo de *accruals*, foi usado os anormais do modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995) como *proxy* para o gerenciamento de resultados, sendo calculados

pela diferença entre os *accruals* totais (Healy, 1985), que representam a diferença da receita das operações contínuas menos os fluxos de caixa de operações contínuas, estimados pela Equação (1) e os *accruals* normais do Modelo Jones Modificado (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995), estimados pela Equação (2), e com os resíduos, foi criada a variável

$$\begin{aligned}
 & |AbAccMJ_{it}. \\
 & TAcc_{it} = EBEI_{it} - (CFO_{it} - EIDO_{it}) \\
 & JMAcc_{it} = \alpha + \beta_1(\Delta Sales_{it} - \Delta AR_{it}) + \beta_2 PPE_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Baseando-se no modelo de Phillips, Pincus e Rego (2003), acrescido de variáveis de controle tamanho da empresa (Liu & Schneible, 2017), grau de alavancagem financeira (Ahnán & Murwaningsari, 2019), *Return On Assets* (ROA) utilizado por Zhou (2016), mudança no índice de lucratividade (Kronbauer, Souza, Webber & Ott, 2012), mudança no índice de PLCD (Ahnán & Murwaningsari, 2019) e no endividamento (Hung, Jiang, Liu &

Tu, 2018), a H1 foi estimada e respondida, utilizando-se o modelo de regressão:

$$\begin{aligned}
 AbAccMJ_{it} = & \alpha + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 CFO_{it} + \beta_3 SIZE_{it} + \beta_4 ALAVANCAGEM_{it} \\
 & + \beta_5 ROA_{it} + \beta_6 \Delta RF_{it} + \beta_7 \Delta PLCD_{it} + \beta_8 \Delta ENDV_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

AFD_{it} é o componente AFD da empresa i , dimensionada pelo início do ano dos ativos totais. Prevemos que o coeficiente em AFD_{it} na Equação (3) seja positivo e significativo, indicando que a probabilidade de gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros aumenta com os AFD escalonados. Posteriormente, foram usadas as mudanças nos fluxos de caixa das operações (CFO) para o controle do desempenho atual na análise da mudança de rendimentos.

As variáveis $SIZE_{it}$, representa o tamanho da empresa, sendo medido pelo logaritmo natural dos ativos totais, $ALAVANCAGEM_{it}$, o grau de alavancagem financeira medida pelos passivos totais sobre os ativos totais, e ROA_{it} , é obtido pelo lucro antes do IRPJ e CSLL dividido pelos ativos totais. ΔRF_{it} representa a mudança no índice de lucratividade do banco, calculada pela divisão do valor do Lucro Líquido e da RIF, $\Delta PLCD_{it}$, mudança na PLCD da empresa escalonada pelos ativos totais e ΔLLP_{it} , a mudança no endividamento da empresa, sendo calculada pela divisão do valor do total de exigibilidade e dos ativos totais.

Para responder a H2, foi estimada a regressão no modelo *probit*:

$$\begin{aligned}
 EMI_{it} = & \alpha + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 AbAccMJ_{it} + \beta_3 \Delta CFO_{it} + \beta_4 SIZE_{it} + \beta_5 ALAVANCAGEM_{it} \\
 & + \beta_6 ROA_{it} + \beta_7 \Delta RF_{it} + \beta_8 \Delta PLCD_{it} + \beta_9 \Delta ENDV_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

EMI_{it} é igual a 1 (0) se a empresa i relatar uma mudança de lucros no ano $t-1$ para t maior ou igual a 0 e menor que 0,02 (maior ou igual a -0,02 e menor que 0) de seu valor de mercado do patrimônio líquido no início do ano $t-1$ (Burgstahler & Dichev, 1997). Empresas- anos com ganhos em mudanças de escala maiores ou iguais a 0,02 e menores que -0,02 do valor de mercado de patrimônio líquido compreende as observações que não foram consideradas para essa análise.

ΔCFO_{it} permite o controle do efeito que uma mudança nos fluxos de caixa de operações contínuas tem sobre o status de uma empresa com gerenciamento de resultados, e o que se espera que a variável seja positiva. Os aumentos nos fluxos de caixa operacionais refletem um aumento do desempenho atual e reduz a necessidade de gerenciar ganhos para chegar a zero

ou mudança ligeiramente positiva nos ganhos (Phillips, Pincus & Rego, 2003).

E para responder H3, estimou-se a Equação (5), após fazer duas alterações. Primeiro, $EM2_{it}$ é igual a 1 se o lucro líquido da empresa i no ano t dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano $t-1$ for maior ou igual a 0 e menor que 0,02 e 0 se maior ou igual a -0,02 e menor que 0 (Burgstahler & Dichev 1997).

Segunda alteração, foi o uso da variável de controle CFO_{it} para o controle do desempenho atual na análise da mudança de rendimentos. Como previsão, o coeficiente no AFD_{it} será positivo e significativo, indicando que a probabilidade de gerenciar os ganhos para evitar uma perda aumenta com os AFD. Sendo a Equação (5), regredida no modelo *probit*:

$$EM2_{it} = \alpha + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 AbAccMJ_{it} + \beta_3 CFO_{it} + \beta_4 SIZE_{it} + \beta_5 ALAVANCAGEM_{it} + \beta_6 ROA_{it} + \beta_7 \Delta RF_{it} + \beta_8 \Delta PLCD_{it} + \beta_9 \Delta ENDV_{it} + \varepsilon_{it}$$

E por último, para responder H4, estimou-se a Equação (6) após redefinir $EM3_{it}$ igual a 1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano t da empresa i for <1% por ação, e 0 se for >1% por ação, sendo coletados os dados da Bloomberg. Foi incluída a variável ΔCFO_{it} como um controle para o desempenho atual na regressão de previsão dos analistas, sendo esperada positiva, uma vez que os erros de previsão dos analistas, como mudanças de ganhos em escala na configuração de evitar um declínio de ganhos pode representar ganhos inesperados (Phillips, Pincus & Rego, 2003), sendo representada pela Equação (6), regredida no modelo *probit*:

$$EM3_{it} = \alpha + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 AbAccMJ_{it} + \beta_3 \Delta CFO_{it} + \beta_4 SIZE_{it} + \beta_5 ALAVANCAGEM_{it} + \beta_6 ROA_{it} + \beta_7 \Delta RF_{it} + \beta_8 \Delta PLCD_{it} + \beta_9 \Delta ENDV_{it} + \varepsilon_{it}$$

Para capturar as informações dos *big* e *small banks*, foram substituídas as variáveis dependentes $EM1_{it}$ (H2), $EM2_{it}$ (H3) e $EM3_{it}$ (H4) pela variável $\Sigma_j Bank_{it}$, que representa o tamanho de bancos da amostra, sendo considerados *big banks* aqueles que superaram R\$ 1.000.000.000,00 de RIF em cada ano da amostra, e os *small banks* aqueles que não superaram esse valor. E a variável dependente $AbAccMJ_{it}$ (H1) permaneceu, sendo regredida pelo banco de dados em tamanhos de bancos (*big* e *small banks*).

Figura 2
Descrições das variáveis e coeficiente

Variável	Descrição	Fonte
$EM1_{it}$	1 se a mudança no lucro líquido da empresa i no ano $t-1$ para t dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano $t-2$ é ≥ 0 e $< 0,02$, e 0 se a mudança no lucro líquido for $\geq -0,02$ e < 0 .	Phillips, Pincus e Rego(2003)
$EM2_{it}$	1 se o lucro líquido da empresa i no ano t dividido pelo valor do patrimônio líquido no final do ano $t-1$ é ≥ 0 e $< 0,02$ e 0 se $\geq -0,02$ e < 0 .	Burgstahler e Dichev (1997)
$EM3_{it}$	1 se o erro de previsão de ganhos dos analistas do ano t da empresa i for <1% por ação, e 0 se for >1% por ação.	Phillips, Pincus e Rego (2003)
AFD_{it}	AFD da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Phillips, Pincus e Rego (2003)
ΔCFO_{it}	Mudança nos fluxos de caixa da empresa i de operações contínuas do ano $t-1$ para t , escalonados pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow e Dichev (2002)

CFO_{it}	Fluxos de caixa das operações da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Healy (1985)
$SIZE_{it}$	Tamanho da empresa, sendo medido pelo logaritmo natural dos ativos totais no final do ano $t-1$.	Liu e Schneible (2017)
$ALAVANCAGE_{it}$	Grau de alavancagem financeira medida pelos passivos totais no final do ano $t-1$ sobre os ativos totais no final do ano $t-1$.	Ahnan e Murwaningsari (2019)
ROA_{it}	Obtido pelo Lucro antes do IRPJ e CSLL dividido pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Zhou (2016)
$TAcc_{it}$	$Accruals$ totais da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Healy (1985)
$JMAcc_{it}$	$Accruals$ normais Modelo Jones Modificado da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow, Sloan e Sweeney (1995)
$AbAccMJ_{it}$	$Accruals$ anormais Modelo Jones Modificado da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow e Dichev (2002)
$EBEI_{it}$	Receita da empresa i antes de itens extraordinários no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Healy (1985)
$EIDO_{it}$	Itens extraordinários e operações descontinuadas da declaração de fluxos de caixa da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Healy (1985)
$\Delta Sales_{it}$	Mudança nas vendas da empresa i do ano $t-1$ para t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow e Dichev (2002)
ΔAR_{it}	Mudança nas contas a receber da empresa i das atividades operacionais do ano $t-1$ para t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow e Dichev (2002)
PPE_{it}	Imobilizado total da empresa i no ano t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Dechow e Dichev (2002)
ΔRF_{it}	Mudança no índice de lucratividade da empresa i das atividades operacionais do ano $t-1$ para t , pela divisão do valor do Lucro Líquido e do RIF.	Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012)
$\Delta PLCD_{it}$	Mudança na PLCD da empresa i das atividades operacionais do ano $t-1$ para t , escalonada pelos ativos totais no final do ano $t-1$.	Ahnan & Murwaningsari (2019)
$\Delta ENDV_{it}$	Mudança no endividamento da empresa i das atividades operacionais do ano $t-1$, pela divisão do valor do total de exigibilidade e dos ativos totais.	Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012)
$\Sigma_j Bank_{it}$	Variável substituta das variáveis dependentes de H2, H3 e H4, que captura as informações dos big e small banks, representando o tamanho dos bancos da amostra, sendo considerados big banks aqueles que superaram R\$ 1.000.000.000,00 de RIF em cada ano da amostra, e os small banks aqueles que não superaram esse valor.	Skinner (2008)

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA

A Tabela 1 apresenta os resultados da estatística descritiva dos small e big banks, que apresentou 685 observações, sendo 405 para small banks (Painel A) e 280 observações para big banks (Painel B) porém, mesmo com a predominância dos small banks, não significa que

o gerenciamento de resultados, tanto por *accruals* anormais Modelo Jones Modificado tanto por AFD, favoreceu essa predominância, aproximando-se dos resultados encontrados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

Tabela 1

Estatística descritiva dos small e big banks e as variáveis de controle do período de 2016 a 2020, sendo coletados do BACEN e Bloomberg

PAINEL A: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS SMALL BANKS					
Variable	EST	DESC	RITIVA	ALL BANKS	
Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
AFD_{it}	405	.0002	.0053	-.0125	.0720
$AbAccMJ_{it}$	405	.1638	1.0681	-.8770	19.1488
ΔCFO_{it}	405	.0432	1.2604	-12.8992	20.1143
CFO_{it}	405	-.1166	1.0957	-20.1144	.9114
$Size_{it}$	405	21.6746	1.8303	17.1652	25.2714
$Alavancagem_{it}$	405	.9463	.0148	.9079	.9766
ROA_{it}	405	.0065	.0186	-.0743	.2557
$\Delta PLCD_{it}$	405	-.0001	.0056	-.0712	.0402
ΔRF_{it}	405	-.0365	.5070	-7.6407	2.2355
$\Delta ENDV_{it}$	405	-.0001	.0106	-.0236	.0155

PAINEL B: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS BIG BANKS					
Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
AFD_{it}	280	.0019	.0095	-.1334	.0423
$AbAccMJ_{it}$	280	.3040	2.4655	-.1073	39.9121
ΔCFO_{it}	280	.1212	1.5061	-1.2341	24.4082
CFO_{it}	280	-.1279	1.8309	-30.6265	.4035
$Size_{it}$	280	25.2690	1.8206	20.4435	29.6851
$Alavancagem_{it}$	280	.9437	.0143	.9079	.9766
ROA_{it}	280	.0144	.0894	.0001	1.4451
$\Delta PLCD_{it}$	280	.0004	.0656	-.7650	.7513
ΔRF_{it}	280	-.0246	1.0847	-13.2000	11.8310
$\Delta ENDV_{it}$	280	-.0001	.0103	-.0219	.0155

Os valores apresentados foram separados em *big* e *small banks* para melhor representar os resultados e atender o objetivo da pesquisa. A variável ΔRF_{it} foi escalonada pela RIF, e as demais variáveis pelos ativos totais, portanto, os resultados foram apresentados em decimais, porém na análise, os resultados podem ser representados em percentuais para uma melhor representatividade para as comparações a serem apresentadas na análise dos resultados.

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Com relação à variável AFD_{it} média para os *small banks*, essa foi menor do que o AFD_{it} médio para os *big banks* (0,02% e 0,19%), assim como os *accruals* anormais do Modelo Jones Modificado (16,38% e 30,40%) e ROA_{it} (0,65% e 1,44%), ou seja, a chance de gerenciamento de resultados por AFD_{it} , $AbAccMJ_{it}$ e ROA_{it} se tornam menores para os *small banks*, aproximando-se dos resultados encontrados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

A variável $Size_{it}$, que representa o tamanho do banco pelo logaritmo natural dos ativos totais, apresentou uma média de 25,27 para os *big banks*, e 21,67 para os *small banks*. Significando que, mesmo com menos observações, a concentração maior de ativos totais foi para os *big banks*, aproximando-se dos resultados apresentados por Liu e Schneible (2017).

Esse resultado pode explicar também, a alta dispersão em relação à amostra dos desvios-padrões das variáveis AFD_{it} (0,95% e 0,53%), $AbAccMJ_{it}$ (246,55% e 106,81%) e ROA_{it} (8,94% e 1,86%), que mesmo sendo significativo para o gerenciamento de resultados, existem concentrações de bancos que de uma forma discricionária aproveitaram os AFD para

reduzirem os seus tributos sobre o lucro, e em consequência aumentaram sua lucratividade. Existem também, aqueles bancos, que os AFD tornaram-se negativos na base de cálculo, reduzindo assim, sua lucratividade, aproximando-se dos resultados apresentados por Skinner (2008). O mesmo ocorrendo com os *accruals* anormais do Modelo Jones Modificado, e também com a relação Lucro antes do IRPJ e CSLL e ativos totais (ROA_{it}).

A variável ΔCFO_{it} apresentou uma alta dispersão entre os valores mínimos e máximos, tanto para *big banks* (-123,41% e 2441%) e ainda mais para *small banks* (-1290% e 2011%), e a variável $Alavancagem_{it}$, que representa a alavancagem financeira dos passivos totais sobre os ativos totais, apresentou valores médios e desvios-padrões próximos entre os valores dos *small* e *big banks*. Significando que os passivos totais acompanharam a mesma alavancagem dos ativos totais tanto para os bancos concentrados nas 405 observações quanto para os concentrados nas 280 observações, ou seja, o tamanho do banco não significou uma alavancagem dispersiva, aproximando-se dos resultados encontrados por Ahnan e Murwaningsari (2019).

Para variável mudança no índice de lucratividade (ΔRF_{it}), os resultados apresentados significaram que em média, os valores de $t-1$ foram menores do que t , ou seja, a lucratividade sobre a RIF foi sendo aumentada ano após ano, tanto para os *small banks* (3,64%) quanto para os *big banks* (2,46%), e uma alta dispersão também pode ser observada nos valores mínimos (para *small banks* -764,07% e *big banks* -1320%) e máximos (para *small banks* 223,55% e *big banks* 1183%), significando que os tamanhos dos bancos impactaram para a maior dispersão para os *big banks*, aproximando-se dos resultados apresentados por Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012).

A variável $\Delta ENDV_{it}$ exibiu que os *small* e *big banks* aumentaram os seus endividamentos em média, ano após ano, em 0,011% e 0,0016%, significando que, os bancos apresentaram dificuldades para o cumprimento de suas obrigações dentro de um ciclo financeiro, podendo ser comprovado pela variável CFO_{it} que apresentou resultados médios também negativos para os *small* (11,66%) e *big banks* (12,78%), porém, observando os valores mínimos (para *small banks* -2011% e *big banks* -3063%) e máximos (para *small banks* 91,14% e para *big banks* 40,35%), percebe-se uma alta dispersão, significando que dentro da amostra tiveram *small* e *big banks* com menos dificuldades para o cumprimento de suas obrigações, aproximando-se dos resultados apresentados por Ahnan e Murwaningsari (2019).

Para o indicador PLCD, os *big banks* foram diminuindo o valor total de provisões de créditos ano após ano, ou seja, maior volume de empréstimos e financiamentos concedidos e maior recebimento de valores de empréstimos e financiamentos também concedidos, sendo apresentado pela variável $\Delta PLCD_{it}$. Os valores apresentados foram 0,04% para *big banks* e -0,009% para *small banks*, afirmando que, mesmo a concentração de valores de AFD fiquem para os *big banks*, os *small banks* apresentaram um aumento significativo ano após ano de provisões de créditos, aproximando-se dos resultados apresentados por Skinner (2008).

4.1 RESULTADOS EMPÍRICOS

A Tabela 2 relata os resultados da estimativa dos AFD_{it} e $AbAccMJ_{it}$ como teste de variáveis. O primeiro conjunto de resultados é mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente $AbAccMJ_{it}$ (H1), que diz respeito ao gerenciamento de resultados por *accruals* anormais Modelo Jones Modificado separados por *big* e *small banks*. Os conjuntos intermediários de colunas, da variável $\Sigma_j Bank_{it}$ (H2), que substituiu a variável dependente EMI_{it} , apresenta os resultados de gerenciamento de resultados para evitar um declínio dos lucros separados em *big* e *small banks*, e da variável $\Sigma_j Bank_{it}$ (H3), que substituiu a variável dependente $EM2_{it}$, apresenta os resultados do gerenciamento de resultados para evitar perdas separados em *big* e *small banks*, e o conjunto do lado direito de colunas, da variável $\Sigma_j Bank_{it}$

(H4), que substituiu a variável dependente $EM3_{it}$, exibe os resultados relacionados ao gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas separados em *big* e *small banks*.

	AbAccMJ _{it} (H1)		ΣjBank _{it} (H2)		ΣjBank _{it} (H3)		ΣjBank _{it} (H4)	
	Big	Small	Big	Small	Big	Small	Big	Small
	F(8, 271)	F(8, 396)	F(9, 270)	F(9, 395)	F(9, 270)	F(9, 395)	F(9, 141)	F(9, 84)
	=	= 263.92	>	=	>	=	= 899.94	= 30.82
	38209.41	R-squared = 0.8421	99999.00	R-squared = 0.9592	99999.00	1055.65	R-squared = 0.9829	R-squared = 0.7676
	R-squared = 0.9991		R-squared = 1.0000		R-squared = 1.0000	R-squared = 0.9601		
	Prob>F = 0.0000 n = 280	Prob>F = 0.0000 n = 405	Prob>F = 0.0000 n = 280	Prob>F = 0.0000 n = 405	Prob>F = 0.0000 n = 280	Prob>F = 0.0000 n = 405	Prob>F = 0.0000 n = 151	Prob>F = 0.0000 n = 94
AFD _{it}	-5.9796 *(0.000)	1.2297 (0.778)	.0353 *** (0.068)	.9799 ** (0.050)	-.0068 (0.657)	1.0329 ** (0.03)	.1561 (0.960)	11.5723 *(0.000)
AbAccMJ _{it}	-	-	-.0056 *(0.000)	.0132 *(0.000)	-.0044 *(0.000)	.0264 *(0.000)	.5475 *(0.000)	.3650 *(0.000)
ΔCFO _{it}	-	-	.0019 *(0.000)	-.0076 ** (0.011)	-	-	-.0621 *(0.004)	-.0544 *(0.002)
CFO _{it}	-.0258 *(0.009)	-.8543 *(0.000)	-	-	-.0002 (0.223)	.0210 *(0.000)	-	-
Size _{it}	.0145 *(0.000)	.0007 (0.957)	.0001 (0.752)	-.0037 *(0.010)	.00001 (0.833)	-.0045 *(0.001)	-.0152 (0.143)	-.0239 *(0.000)
Alavancagem _{it}	-4883 (0.163)	-1.5114 (0.368)	.0020 (0.701)	-.0464 (0.811)	.0018 (0.734)	-.0488 (0.800)	1.3800 (0.318)	.0717 (0.920)
ROA _{it}	26.3669 *(0.000)	14.8342 *(0.000)	13.4580 *(0.000)	12.2533 *(0.000)	13.4493 *(0.000)	11.9954 *(0.000)	-.4114 *(0.000)	1.0673 (0.103)
ΔPLCD _{it}	-.5493 *(0.000)	3.4197 (0.489)	-.0013 (0.445)	-.8592 (0.139)	-.0030 *** (0.062)	-1.2569 ** (0.02)	.1287 (0.657)	3.2879 (0.160)
ΔRF _{it}	-.0075 (0.173)	.0476 (0.291)	.0001 (0.303)	.0148 *(0.005)	-.0001 (0.820)	.0120 ** (0.02)	.0865 *(0.000)	.0634 (0.229)
ΔENDV _{it}	-.7134 (0.144)	1.1579 (0.621)	.0049 (0.502)	.0882 (0.745)	.0054 (0.472)	.1236 (0.644)	-1.1547 (0.551)	-.9764 (0.285)
_cons	.0266 (0.938)	1.3865 (0.391)	-.0023 (0.650)	.1325 (0.479)	-.0020 (0.704)	.1541 (0.405)	-.8408 (0.518)	.5152 (0.464)

Tabela 2

Big e small banks com os AFD do período de 2016 a 2020, sendo coletados do BACEN e Bloomberg

Os valores apresentados foram separados em *big* e *small banks* para melhor representar os resultados e atender o objetivo da pesquisa. Os dados foram rodados no modelo probit, dados em painel e com significância a 5%. Níveis de significância: *(1%), **(5%) e *** (10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Com relação ao primeiro conjunto de resultados da variável $AbAccMJ_{it}$ (H1), o coeficiente no AFD_{it} foi negativo (-5.9796) e significativo a 5% ($p > 0,000$) para *big banks*, sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá uma redução de R\$ 5,98 nos *accruals* anormais para o gerenciamento de resultados, e para *small banks*, o coeficiente foi positivo (1,2297) porém não significativo a 5% (0,778). A variável CFO_{it} exibiu um resultado significativo a 5% ($p > 0,009$ para *big* e $p > 0,000$ para *small banks*), porém coeficientes negativos de -0,0258 (*big*) e -0,8543 (*small*), significando que a cada R\$ 1,00 de aumento das

As variáveis $Size_{it}$ e ROA_{it} foram significativos a 5% para *big banks* ($p > 0,000$ e $p > 0,000$) e coeficientes positivos (0,0145 e 26,3669), e para *small banks*, apenas o ROA_{it} foi positivo (14,8342) e significativo a 5% ($p > 0,000$). Conciliando aos resultados da estatística descritiva, em que a concentração maior de ativos totais para os *big banks*, tornaram-se mais significativos para os *accruals* anormais, assim também com os resultados demonstrados antes do IRPJ e CSLL, representados pela variável ROA_{it} , porém nessa variável para ambos os bancos. A variável $\Delta PLCD_{it}$ apresentou coeficiente negativo (-0,5493) e significativo a 5% ($p > 0,000$) para *big banks*, significando que o tamanho do banco proporcionou uma redução de *accruals* anormais para cada aumento na variação da PLCD $t-1$ para t . Para os *small banks*, o coeficiente foi positivo (3,4197), porém não significativo ($p > 0,489$). Os resultados apresentados são consistentes com Skinner (2008).

Com relação ao segundo conjunto de resultados da variável $\Sigma_j Bank_{it}$ (H2), os coeficientes nos AFD_{it} foram positivos para *big* e *small banks* (0,0353 e 0,9799), porém significativo a 5% ($p > 0,050$) para *small banks*, sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá um aumento de R\$ 0,98 na RIF, conciliando aos resultados apresentados para EMI_{it} (H2), que apresentou o uso dos AFD como gerenciadores de resultados para evitar um declínio nos lucros, porém, o resultado apresentado entre *big* e *small banks*, exibiu-se que os *small banks* podem gerenciar AFD com mais significância que os *big banks*.

A variável $AbAccMJ_{it}$ apresentou significância para *big* e *small banks* (0,000 e 0,000), porém coeficiente negativo (-0,0056) para *big banks* e positivo (0,0132) para *small banks*. Significando que, a cada aumento de R\$ 100,00 nos *accruals* anormais, haverá uma redução da RIF em R\$ 0,56 para os *big banks* e um aumento de R\$ 1,32 para os *small banks*. ΔCFO_{it} exibiu um resultado significativo a 5% ($p > 0,000$ para *big* e $p > 0,011$ para *small banks*), porém coeficiente negativo de -0,0076 para *small banks* e positivo para *big banks* (0,0019). Significando que o aumento nas mudanças de um ano para o outro das atividades financeiras para os *small banks*, acarretará em uma redução de sua RIF, e um aumento para os *big banks*.

A variável ROA_{it} foi significativa a 5% para *big* e *small banks* ($p > 0,000$ e $p > 0,000$) e coeficientes positivos (13,4581 e 12,2533), significando que, aumentando o lucro antes do IRPJ e CSLL também aumentará os valores das RIF dos *big* e *small banks*.

As variáveis $Size_{it}$ e ΔRF_{it} apresentaram resultados significativos a 5% ($p > 0,010$ e $p > 0,005$) para os *small banks*, porém coeficiente negativo para $Size_{it}$ (-0,0037) e positivo (0,0148) para ΔRF_{it} , significando que o aumento dos ativos totais para os *small banks*, reduz sua RIF, e o aumento na mudança do seu índice de lucratividade, aumenta a sua RIF. Os resultados apresentados são consistentes com Sloan (1996), Phillips, Pincus e Rego (2003) e Skinner (2008).

Com relação ao terceiro conjunto de resultados da variável $\Sigma_j Bank_{it}$ (H3), o coeficiente dos AFD_{it} para *small banks* foi positivo (1,0329) e significativo a 5% ($p > 0,039$), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá um aumento de R\$ 0,04 na RIF, conciliando aos resultados apresentados para $EM2_{it}$ (H3), que apresentou o uso dos AFD como gerenciadores de resultados para evitar uma perda, porém, o resultado apresentado entre *big* e *small banks*, exibiu-se que os *small banks* podem gerenciar AFD com mais significância que os *big banks*, pois para esses bancos, o resultado apresentado não foi significativo a 5%.

A variável $AbAccMJ_{it}$ apresentou significância para *big* e *small banks* (0,000 e 0,000), porém coeficiente negativo (-0,0044) para *big banks* e positivo (0,0264) para *small banks*. Significando que, a cada aumento de R\$ 100,00 nos *accruals* anormais, haverá uma redução da RIF em R\$ 0,44 para os *big banks* e um aumento de R\$ 2,64 para os *small banks*. CFO_{it} exibiu um resultado significativo a 5% ($p > 0,000$) para *small* e coeficiente positivo (0,0209726). Significando que o aumento das atividades financeiras para os *small banks*, acarretará em um aumento de sua RIF.

A variável ROA_{it} foi significativa a 5% para *big* e *small banks* ($p > 0,000$ e $p > 0,000$) e

coeficientes positivos (13,4493 e 11,9954), significando que, aumentando o lucro antes do IRPJ e CSLL também aumentará os valores das RIF dos *big* e *small banks*.

As variáveis $Size_{it}$ e ΔRF_{it} apresentaram resultados significativos a 5% ($p > 0,001$ e $p > 0,021$) para os *small banks*, porém coeficiente negativo para $Size_{it}$ (-0,0045) e positivo (0,0120) ΔRF_{it} , significando que o aumento dos ativos totais para os *small banks*, reduz a sua RIF, e o aumento na mudança de um ano para o outro de seu índice de lucratividade, aumenta a sua RIF. E para os *big banks*, $Size_{it}$ e ΔRF_{it} não apresentaram resultados significativos a 5%.

A variável $\Delta PLCD_{it}$ exibiu um resultado significativo a 5% ($p > 0,027$) para *small banks* e coeficiente negativo (-1,2569), sugerindo que a cada aumento na mudança da PLCD reduzirá a RIF para os *small banks*. Os *big banks* não apresentaram um resultado significativo. Os resultados apresentados são consistentes com Sloan (1996), e Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012) e Ahnan e Murwaningsari (2019).

Com relação ao quarto conjunto de resultados da variável $\Sigma jBank_{it}$ (H4), o coeficiente dos AFD_{it} para *small banks* foi positivo (11,5723) e significativo a 5% ($p > 0,000$), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá um aumento de R\$ 11,57 na RIF, não conciliando aos resultados apresentados para $EM3_{it}$ (H4), que apresentou o uso dos AFD como gerenciadores de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões de lucros dos analistas, porém, o resultado apresentado entre *big* e *small banks*, exibiu-se que os *small banks* podem gerenciar AFD com maior significância do que os *big banks*, pois para esses bancos, o resultado apresentado não foi significativo a 5%.

A variável $AbAccMJ_{it}$ apresentou significância para *big* e *small banks* (0,000 e 0,000), e coeficientes positivos para *big* e *small banks* (0,5475 e 0,3650). Significando que, a cada aumento de R\$ 1,00 nos *accruals* anormais, haverá um aumento da RIF em R\$ 0,55 para os *big banks* e um aumento de R\$ 0,36 para os *small banks*. ΔCFO_{it} exibiu resultados significativos a 5% para *big* ($p > 0,004$) e ($p > 0,002$) para *small banks* e coeficientes negativos (-0,0621) para *big* e (-0,0544) para *small banks*. Significando que o aumento das mudanças de um ano para o outro das atividades financeiras para os *big* e *small banks*, acarretará em reduções em suas RIF's.

A variável $Size_{it}$ apresentou resultado significativo a 5% ($p > 0,000$) para os *small banks*, porém o coeficiente negativo (-0,0239), significando que a cada aumento dos ativos totais, a RIF será reduzida. Para os *big banks*, o resultado apresentado não foi significativo. Entretanto, para as variáveis ROA_{it} e ΔRF_{it} , os resultados exibiram significância para os *big banks* ($p > 0,000$ e $p > 0,000$), porém coeficiente negativo para ROA_{it} (-0,4114) e positivo para ΔRF_{it} (0,0865), ou seja, enquanto para cada aumento do lucro antes de IRPJ e CSLL, a RIF será reduzida, e para cada aumento da mudança de um ano para o outro do índice de lucratividade, a RIF será aumentada. Os resultados apresentados são consistentes com Hanlon (2005), Phillips, Pincus e Rego (2003), Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012), e Ahnan e Murwaningsari (2019).

5 CONCLUSÕES

O gerenciamento de resultados é realizado com critérios, e os gerentes geralmente têm mais liberdade de ação sob as normas internacionais de contabilidade, como IAS 12, SFAS 109 e CPC 32, que reconhecem e mensura os AFD, do que sob as regras fiscais. Espera-se que os gerentes tenham ganhos como resultados, sem provocar aumentos de recolhimentos de tributos sobre o lucro, e como consequência, o estoque de AFD será aumentado, pela diferença temporária entre o ganho discricionário e o valor tributário a ser recolhido.

Construindo com base em evidências de gerenciamento de resultados em Burgstahler e Dichev (1997) e Mills e Newberry (2001), e na evidência de erro de medição significativo nas medidas de *accruals* em Guay, Kothari e Watts (1996) e Bernard e Skinner (1996), investigou-

se avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados em *big e small banks* listados no BACEN sob quatro metas: gerenciar resultados por *accruals* anormais, evitar relatar uma queda nos lucros, evitar relatar uma perda e evitar o fracasso em atender às previsões de lucros dos analistas.

Esse estudo vem ao encontro com a pesquisa realizada por Phillips, Pincus e Rego (2003), que avaliaram a utilidade dos AFD na detecção de gerenciamento de resultados, e exibiram resultados incrementalmente úteis desse ativo, para *accruals* anormais Modelo Jones Modificado para evitar um declínio de ganhos e para evitar uma perda. E não é incrementalmente útil em detectar gerenciamento de resultados para evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas.

Os resultados apresentados nesse estudo, exibiram significância para as hipóteses, quanto aos tamanhos dos bancos (*big e small*). Enquanto os *big banks* apresentaram o resultado significativo para o uso dos AFD como uma métrica de gerenciamento de resultados para *accruals* anormais (H1), os *small banks* apresentaram resultados significativos para usos dos AFD como uma métrica de gerenciamento de resultados para evitar um declínio nos lucros (H2), evitar relatar uma perda (H3) e evitar deixar de cumprir ou superar as previsões dos analistas (H4).

Uma limitação de nosso estudo é que nossa análise se restringe ao período em que os bancos digitais iniciaram suas atividades após 2016, portanto, não podendo participar dessa amostragem. E outra limitação, é que não foram incorporadas orientações gerenciais nas investigações para detectar gerenciamento de resultados para as métricas de *accruals*.

Pesquisas futuras também poderão considerar (1) modelagem no uso dos AFD como uma métrica para identificação de *earnings quality* em *big e small banks* listados no BACEN, sendo usados três proxies: persistência de lucros, alisamento de lucros e o coeficiente ERC,

(2) identificar gerenciamento de resultados em AFD para empresas optantes pelo Lucro Real trimestral em comparação ao Lucro Real anual, e (3) modelagem dos AFD para considera-los como suavizador de resultados e evitar o fracasso em atender as previsões de lucros dos analistas.

REFERÊNCIAS

Abad, D., Cutillas-Gomariz, M. F., Sánchez-Ballesta, J. P., & Yagiie, J. (2018). Real earnings management and information asymmetry in the equity market. *European Accounting Review*, 27(2), 209-235. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2016.1261720>.

Ahnan, Z. M., & Murwaningsari, E. (2019). The effect of book-tax differences, and executive compensation on earnings persistence with real earnings management as moderating variable. *Research Journal of Finance and Accounting*, 10(5), 54-63. DOI:10.7176/RJFA.

Alzoubi, E. S. S. (2016). Ownership structure and earnings management: evidence from Jordan. *International Journal of Accounting & Information Management*. DOI:10.1108/ijaim-06-2015-0031.

Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The accounting review*, 83(1), 217-250. DOI:10.2139/ssrn.906474.

Ayers, B. C. (1998). Deferred tax accounting under SFAS No. 109: An empirical investigation of its incremental value-relevance relative to APB No. 11. *Accounting Review*, 195-212. Recuperado em outubro, 20, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/248465>.

Barros, M. E., Menezes, J. T., Colauto, R. D., & Teodoro, J. D. (2014). Gerenciamento de resultados e alavancagem financeira em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(1). Recuperado em outubro, 20, 2021, em

file:///C:/Users/almei/Downloads/557-4708-1-PB.pdf.

Bartov, E., Givoly, D., & Hayn, C. (2002). The rewards to meeting or beating earnings expectations. *Journal of Accounting and Economics*, 33(2), 173-204. DOI:10.2139/ssrn.247435.

Bernard, V., & Skinner D. (1996). What motivates managers choice of discretionary accruals? *Journal of Accounting and Economics*, 22(3), 313–325. DOI:10.1016/s0165-4101(96)00431-4.

Boina, T. M., & Macedo, M. A. D. S. (2018). Predictive ability of accruals before and after IFRS in the Brazilian stock market. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29, 375-389. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201806300>.

Braido, G. M., Klein, A. Z., & Papaléo, G. (2020). Elementos que afetam o desenvolvimento de Fintechs de Pagamentos Móveis: um estudo de caso no Contexto Brasileiro. Recuperado em outubro, 05, 2021, em <https://aisel.aisnet.org/confirm2020/18/>.

Bruce, K., Behn, T. V. E., & Jan, R. W. (1998). The determinants of the deferred tax allowance account under SFAS No. 109. *Accounting Horizons*, 12(1), 63-78. Recuperado em outubro, 01, 2021, em https://faculty.etsu.edu/POINTER/behn_b.pdf.

Burgstahler, D., & I. Dichev. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of Accounting and Economics*, 24(1): 99–126. DOI:10.1016/S0165-4101(97)000 17-7.

Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983-1016. Recuperado em outubro, 01, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/4093095>.

Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, 42(1-2), 107-148. DOI:10.2139/ssrn.650244.

Chen, T. (2010). Analysis on accrual-based models in detecting earnings management. *Lingnan Journal of Banking, Finance and Economics*, 2(1), 5. Recuperado em outubro, 20, 2021, em <https://commons.ln.edu.hk/ljbf/vol2/iss1/5/>.

Collins, D. W., & Kothari, S. P. (1989). An analysis of intertemporal and cross-sectional determinants of earnings response coefficients. *Journal of Accounting and Economics*, 11(2-3), 143-181. DOI:10.1016/0165-4101(89)90004-9.

CPC. (2009). *CPC 32: Tributos sobre o Lucro*. Brasil: CPC. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em encurtador.com.br/mpBOU.

Choi, W. W., Gramlich, J. D., & Thomas, J. K. (1991). Earnings management in response to the book income adjustment of the corporate alternative minimum tax. *Working Paper, Columbia University*.

Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 147-177. DOI:10.1016/j.jacceco.2013.10.007.

DeAngelo, L. (1986). Accounting numbers as market valuation substitutes: a study of management buyouts of public stockholders. *The Accounting Review*, 61 (3): 400–420. Recuperado em outubro, 21, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/247149>.

Dechow, P. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18 (1): 3–42. DOI:10.1016/0165-4101(94)90016-7.

Dechow, P., Sloan R., & Sweeney A. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70, 193–225. Recuperado em agosto, 20, 2021, <https://www.jstor.org/stable/248303>.

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(s-1), 35-59. Recuperado em outubro,

21, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/3203324>.

FASB. (1996). *Statement of Financial Accounting Standards n° 109 [SFAS 109]: Accounting for Income Taxes*. Estados Unidos da América: FASB. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em encurtador.com.br/muzD9.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307. DOI:10.2139/ssrn.258519.

Goncharov, I., & Zimmermann, J. (2007). The supply of and demand for accounting information: The case of bank financing in Russia. *Economics of Transition*, 15(2), 257- 283. DOI:10.1111/j.1468-0351.2007.00289.x.

Guay, W., Kothari S. P., & Watts R. (1996). A market-based evaluation of discretionary accrual models. *Journal of Accounting Research*, 34 (Supplement): 83–105. DOI:10.2307/2491427.

Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2019). Ativos Fiscais Diferidos na Indústria Bancária Brasileira: Impactos do Ajuste a Valor Presente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 22, 19-37. Recuperado em outubro, 21, 2021, em http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjMxMTc=.

Hanlon, M. (2005). The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences. *The Accounting Review*, 80(1), 137-166. DOI:10.2139/ssrn.379140.

Healy, P. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics* 7 (1-3): 85–107. DOI:10.1016/0165-4101(85)900291.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.

DOI:10.2308/acch.1999.13.4.365.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory*. Boston: Homewood, IL, Irwin.

Houqe, M. N., van Zijl, T., Dunstan, K., & Karim, A. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 333-355. Recuperado em outubro, 05, 2021, em <https://ssrn.com/abstract=1536460>.

Hung, C. H. D., Jiang, Y., Liu, F. H., & Tu, H. (2018). Competition or manipulation? An empirical evidence of determinants of the earnings persistence of the US banks. *Journal of Banking & Finance*, 88, 442-454. DOI:10.2139/ssrn.2923118.

IASB. (1996). *International Accounting Standard n° 12 [IAS 12]: Income Taxes*. União Europeia: IASB. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-12-income-taxes/>.

Jones, J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29 (2): 193–228. DOI:10.2307/2491047.

Kronbauer, C. A., de Souza, A. A., Webber, F. L., & Ott, E. (2012). Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(17), 39- 60. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n17p39>.

Kotsupatriy, M., Ksonzhyk, I., Skrypyk, S., Shepel, I., & Koval, S. (2020). Use of international accounting and financial reporting standards in enterprise management. *International Journal of Management*, 11(5). Recuperado em agosto, 05, 2021, em <https://ssrn.com/abstract=3631031>.

Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (1995). Altera a legislação do IRPJ, bem como da CSLL e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021,

em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm.

Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (1996). Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e processo administrativo de consulta e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19430.htm.

Lei n. 12.838, de 09 de julho de 2013. (2013). Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de PCLD nas condições que estabelece e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12838.htm.

Liu, A. Z., & Schneible, R. (2017). Analysts' experience and interpretation of discretionary accruals in predicting future earnings. *Advances in Accounting*, 38, 88-98. DOI:10.1016/j.adiac.2017.07.005.

Marques, V. A., Amaral, H. F., de Souza, A. A., dos Santos, K. L., & Belo, P. H. R. (2017). Determinantes das republicações no mercado brasileiro: Uma análise a partir dos incentivos ao gerenciamento de resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(2). DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i2.1488>.

Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, 7-17. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>.

Mills, L. F., & Newberry, K. J. (2001). The influence of tax and nontax costs on book-tax reporting differences: Public and private firms. *Journal of the American Taxation Association*, 23(1), 1-19. DOI:10.2139/ssrn.228340.

Phillips, J., Pincus, M., & Rego, S. O. (2003). Earnings management: New evidence based on deferred tax expense. *The Accounting Review*, 78(2), 491-521. DOI:10.2139/ssrn.276997. Piccoli, P. G. R., Souza, A., & da Silva, W. V. (2014). As práticas de governança corporativa diminuem o gerenciamento de resultados? Evidências a partir da aversão na divulgação

de prejuízos e de queda nos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 141-162. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n22p141>.

Resolução CMN n. 4.842, de 30 de julho de 2020. (2020). Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

BACEN. Brasília, DF: CMN. Recuperado em Janeiro, 20, 2021, em encurtador.com.br/ewJOY.

Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42(3), 335-370. DOI:10.2139/ssrn.477941.

Schuchter, A., & Levi, M. (2016). The fraud triangle revisited. *Security Journal*, 29(2), 107- 121. DOI:10.1057/sj.2013.1.

Schuh, C., Ribeiro, S. P., Simon, D. S., & Kronbauer, C. A. (2018). Fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas do Ibovespa. *Revista UniversoContábil*, 14(1), 29. DOI:10.4270/ruc.2018102.

Skinner, D. J. (2008). The rise of deferred tax assets in Japan: The role of deferred tax accounting in the Japanese banking crisis. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2- 3), 218-239. DOI:10.1016/j.jacceco.2008.07.003.

Sloan, R. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *The Accounting Review*, 71 (3): 289–315. Recuperado em setembro, 05,

2021, em <https://www.scinapse.io/papers/1596216439>.

Souza, J. A. S. D., Flach, L., Borba, J. A., & Broietti, C. (2020). Financial Reporting

Quality and Sustainability Information Disclosure in Brazil. *BBR. Brazilian Business Review*, 16, 555-575. DOI: <https://doi.org/10.15728/bbr.2019.16.6.2>.

Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness? *The Accounting Review*, 81(1), 251-270. Recuperado em julho, 03, 2021, em http://bear.warrington.ufl.edu/tucker/TAR_income_smoothing.pdf.

Wronski, P. G., & Klann, R. C. (2020). Accounting Conservatism and National Culture. *BBR. Brazilian Business Review*, 17, 344-361. DOI:10.15728/bbr.2020.17.3.6.

Zhou, M. (2016). Does accounting for uncertain tax benefits provide information about the relation between book-tax differences and earnings persistence? *Review of Accounting and Finance*, 15(1), 65-84. DOI:10.1108/raf-05-2014-0054.